



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A



TERMO DE AUTUAÇÃO

PROTOCOLO DO PROCESSO

046511/2024

Este processo pode ser consultado por meio digital através da URL:
<https://gpi18.cloud.el.com.br/ServerExec/acessoBase/?idPortal=008D9DCE8EF2707B45F47C2AD10B38E2>

Chave de acesso: 054d5593-2d11-4d7c-94b0-105cf97199c0

AUTUADO EM	Terça-feira, 17 de Dezembro de 2024
LOCAL DA AUTUAÇÃO	COMISSAO DE PREGAO I
AUTUADO POR	LEONARDO GABRIG PEIXOTO
INTERESSADO (S)	
M. M. C FEIJÓ COMÉRCIO LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA.ME	

RESUMO

*RECURSO M. M. C. FEIJO - COMERCIO LOCACAO E SERVICOS LTDA
- PE 90.150/2024 - PA 23.698/2024*

DATA:17/12/2024

ILUSTRÍSSIMO PREGOEIRO NO MUNICIPIO DE NOVA FRIBURGO – RJ

A empresa, MMC FEIJO COMÉRCIO LOCAÇÃO E SERVIÇOS – LTDA CNPJ 14.827.049/0001-27 representada por Maikel Maurity da S. Feijo inscrito no CPF: 096.833.377-08 com residência na Rua Dr Manoel Verbicário nº 9 Parque Itaporanga CEP 28770-000 – Santa Maria Madalena –RJ, em face da decisão que determinou nossa desclassificação viemos através deste pedir que reconsidere por observância dos fatos descritos abaixo;

PREMILIMINAMENTE

Cumpre esclarecer que nossa empresa manifestou o interesse de recorrer da decisão tomada pelo pregoeiro em final de fase de habilitação, como manda a legislação vigente.

DOS FATOS

No dia 28/11/2024 às 10h (horário de Brasília) foi aberta a sessão e iniciada a fase de lances através do portal compras net.com o UASG 985867 do pregão eletrônico 90.150/2024 pela comissão de licitações do município de Nova Friburgo na intenção de contratar o OBJETO REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual CONTRATAÇÃO de empresa especializada para prestação dos serviços de CERIMONIAIS, RECEPÇÕES E EVENTOS OFICIAIS, para atender as necessidades do Gabinete do Excelentíssimo Srº Prefeito de Nova Friburgo, pelo período de 01 (um) ano.

Afirmo que após a abertura da sessão nos sagramos vencedores após o termino da fase de lances, com o valor de R\$ 157.560,00 gerando uma economicidade de R\$ 79.661,50 já que o valor estimado é de R\$ 237.221,50.

Dando seguimento a próxima fase de habilitação após a junta de documentos começou os questionamentos feitos pela comissão de licitação;

O1

Para 14.827.049/0001-27 - A Certidão Negativa de Regularidade Municipal encontra se vencida ano 2023.

O2

Para 14.827.049/0001-27 - A documentação apresentada quanto ao item 19 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, mais especificamente quanto ao item 19.2 foi apresentada junto a um Contrato de Prestação de Serviços firmado entre a empresa M. M. C. FEIJO - COMERCIO LOCACAO E SERVIÇOS LTDA e a empresa KOLUMBU'S EVENTOS E GASTRONOMIA LTDA, que seria responsável pelo serviço e apresentaria a responsável técnica que é contratada por ela

O3

Para 14.827.049/0001-27 - Os atestados apresentados não atendem ao item E quanto a apresentação de parcela de maior relevância de 50 %, Parcela de maior relevância: Serviço de ALMOÇO/JANTAR de pelo menos 37 SERVIÇOS/EVENTO.

Desta forma proferiu nossa desclassificação imediata!

DAS CONTRARRAZÕES

em virtude do exposto;

O1

Para 14.827.049/0001-27 - A Certidão Negativa de Regularidade Municipal encontra se vencida ano 2023.

Ponho em observância que sou microempresa e assim fui inscrito no certame, com o direito previsto em lei e

mantido no referido edital no item 17.9.2 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal exigida neste edital, será assegurado à microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentou o menor preço no certame o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que for declarada a vencedora, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Municipal, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa; Ou seja tal fato não baseia decisão tomada por essa comissão.

02

Para 14.827.049/0001-27 - A documentação apresentada quanto ao item 19 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, mais especificamente quanto ao item 19.2 foi apresentada junto a um Contrato de Prestação de Serviços firmado entre a empresa M. M. C. FEIJO - COMERCIO LOCACAO E SERVIÇOS LTDA e a empresa KOLUMBU'S EVENTOS E GASTRONOMIA LTDA, que seria responsável pelo serviço e apresentaria a responsável técnica que é contratada por ela.

Venho esclarecer que sou apenas fornecedor que tal documento não só é válido como exigido pelo referido edital no seu item 19.2.2 CAPACIDADE TÉCNICA PROFISSIONAL

D) Caso a empresa seja apenas fornecedora, deverá comprovar que o responsável técnico da empresa responsável pela produção possui o respectivo registro.

Que tal contrato se faz necessário e é exigido mais que em momento nenhum exime nossa empresa das responsabilidades.

Termo de referencia

9.12 Da Contratada:

I) mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a empresa vencedora, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a

substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;

E nesses termos nos permite sim contratar uma empresa para que seja a fabricante dos alimentos, desde que esteja devidamente regular, como de fato a nossa empresa apresentou.

Ou seja, tal fato não baseia decisão tomada por essa comissão.

03

Para 14.827.049/0001-27 - Os atestados apresentados não atendem ao item E quanto a apresentação de parcela de maior relevância de 50 %, Parcela de maior relevância: Serviço de ALMOÇO/JANTAR de pelo menos 37 SERVIÇOS/EVENTO

Esclareço que tal fato é totalmente irrelevante e sanável que esta comissão agiu de forma imprudente em momento nenhum essa comissão zelou pela economicidade agindo de forma parcial nos negando os direitos constituídos em lei após diligência sanar e provar situação pré existente a solicitação do contrato sanaria de forma irrefutável tal fato.

DO PEDIDO

VENHO MUI RESPEITOSAMENTE SOLICITAR A REVISÃO DA DECISÃO DE INABILITAÇÃO PARA QUE NÃO SEJA NESCESSARIO LEVAR A INSTANCIAS JUDICIAIS, SALIENTO QUE NOSSA EMPRESA SE SAGROU VENCEDORA DO PREGÃO ELETRONICO 90.124/2024 REALIZADO PELO MUNICIPIO DE NOVA FRIBURGO, MESMO OBJETO (BUFFET) COM A MESMA DOCUMENTAÇÃO, QUE EM TAL REFERIDO PREGÃO O PREGOEIRO RESPONSÁVEL AGIU DE FORMA EXEMPLAR SENDO COMPLETAMENTE IMPARCIAL SEGUNDO A LEI VIGENTE.

NESES TERMOS AGUARDO DEFERIMENTO.



MAIKEL MAURITY DA SILVA FEIJO- 08/12/2024

SOCIO PROPRIETARIO



SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

Comissão de Pregão I

DESPACHO DE RECURSO REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.150/2024

Processo Licitatório nº: 23.698/2024

Processo Recurso nº: 046.511/2024

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 90.150/2024

OBJETO:

Trata-se de RECURSO interposto pela empresa **M. M. C. FEIJO - COMERCIO LOCACAO E SERVICOS LTDA**, inscrita no CNPJ: **14.827.049/0001-27**, através do Sistema Compras, com fulcro no art. 165 da Lei Federal nº 14.133 de 2021, - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Recurso Administrativo, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Recurso nº 046.511/2024.

I. DAS PRELIMINARES

Abrimos o prazo para recurso a partir do dia 04/12/2024. Conforme consta no Termo de Julgamento que integra o Processo 23.698/2024, a empresa M. M. C. FEIJO - COMERCIO LOCACAO E SERVICOS LTDA manifestou a intenção de interpor recursos, conforme questionamentos anexados aos autos às fls. 02 a 06.



**NOVA
FRIBURGO**
PREFEITURA



SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

Comissão de Pregão I

Por uma simples análise do presente Recurso, verifica-se que o mesmo foi enviado com os requisitos necessários para sua apreciação, apresentando-se com os documentos necessários e tempestivamente, reunindo as hipóteses legais intrínsecas e extrínsecas de admissibilidade.

II. DAS ALEGAÇÕES DA SOLICITANTE

Em síntese, a recorrente alega que:

- 1) conforme o item 17.9.2 do edital, no tocante à apresentação de Certidão Negativa de Regularidade Municipal vencida, deveria ter sido assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão da certidão negativa ou positiva com efeito de certidão negativa, o que não teria sido oportunizado pela comissão de pregão;
- 2) quanto à qualificação técnica, os itens 19.2.2 do edital e 9.12 do Termo de Referência permitiriam a subcontratação do objeto;
- 3) quanto ao não atendimento do item 19.2.1 E, o qual determina que as certidões ou atestados de capacidade técnica deveriam demonstrar que a licitante efetuou execução bem-sucedida com quantidade de no mínimo 50% (cinquenta por cento) da parcela de maior relevância do objeto da licitação, não teria sido oportunizado à empresa o saneamento da documentação.



SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

Comissão de Pregão I

III. DO PEDIDO

Diante do exposto, requer a revisão da decisão de inabilitação para que não seja necessário levar a instancias judiciais.

IV. DAS CONTRARRAZÕES

Não foram apresentadas contrarrazões.

V. DA ANÁLISE DO PREGOEIRO

Informamos que o item 4.6 do Termo de Referência veda expressamente a subcontratação do objeto contratual, motivo que, por si só, ensejaria a desclassificação da recorrente, a qual apresentou um Contrato de Prestação de Serviços firmado entre ela e a empresa KOLUMBU'S EVENTOS E GASTRONOMIA LTDA, que seria responsável pela execução do serviço. A empresa desconsidera em sua peça recursal o Termo de referência no item: "9.12 Da Contratada: g) não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato ou da Ata de Registro de Preços;";

Por conseguinte, considerando o vício insanável supramencionado, não caberia oportunizar à empresa a apresentação de Certidão Negativa de Regularidade Municipal atualizada e de atestados de capacidade técnica que demonstrassem que a licitante efetuou execução bem-sucedida com quantidade de no mínimo 50% (cinquenta por cento) da parcela de maior relevância do objeto da licitação, pois o saneamento da referida documentação não ensejaria a classificação da empresa, sendo tal medida, caso adotada, meramente protelatória, não sendo capaz de alterar a situação de inabilitação da recorrida.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A



SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

Comissão de Pregão I

Em relação a alegação de que à qualificação técnica profissional, nos itens 19.2.2 letra d, e do edital e 9.12 letra d, do Termo de Referência permitiriam a subcontratação do objeto; os itens apontados no termo de referências não autorizam a subcontratação de outra empresa para prestar todo o serviço o que foi vedado em mais de um local no termo de referências como já exemplificado anterior.

Ante o exposto, com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, submeto as razões recursais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, além de pronunciamentos de ordem técnica junto ao setor requisitante do objeto licitado. Após análise, recomendamos que o processo seja encaminhado à Procuradoria Geral do Município.

Nova Friburgo, 18 de dezembro de 2024.

Leonardo Gabrig Peixoto
Pregoeiro – Comissão de Pregão I
Matricula: 206.934



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A



S E C R E T A R I A D E
G A B I N E T E D O
P R E F E I T O

Processo Administrativo nº 23.698/2024

Assunto: Recurso interposto pela empresa M.M.C. FEIJÓ - Comércio Locação e Serviços Ltda.

Trata-se de recurso administrativo interposto pela empresa **M.M.C. FEIJÓ - Comércio Locação e Serviços Ltda.**, no âmbito do Processo Administrativo nº 23.698/2024, que visa à contratação de empresa especializada em serviços de cerimoniais, recepções e eventos oficiais, destinados a atender as necessidades do Gabinete do Excelentíssimo Senhor Prefeito de Nova Friburgo.

A recorrente sustenta que:

1. Conforme o item 17.9.2 do edital, no tocante à apresentação de Certidão Negativa de Regularidade Municipal vencida, deveria ter sido assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão da certidão negativa ou positiva com efeito de certidão negativa, o que não teria sido oportunizado pela comissão de pregão;
2. Os itens 19.2.2 do Edital e 9.12 do Termo de Referência permitiriam a subcontratação do objeto;
3. Não lhe foi oportunizado o saneamento de documentação referente ao descumprimento do item 19.2.1 do Edital, que exige a apresentação de certidões ou atestados de capacidade técnica que comprovem a execução, pela licitante, de parcela correspondente a no mínimo 50% da maior relevância do objeto licitado.

Inicialmente, cumpre ressaltar que o procedimento licitatório rege-se pelos princípios da **isonomia, competitividade, vinculação ao instrumento convocatório** e da **estrita legalidade**, conforme preconizado na Lei nº 14.133/2021, bem como pelas disposições específicas do edital, que possui força vinculante para a Administração Pública e para os licitantes.

Quanto as alegações sustentadas em recurso, o Pregoeiro em manifestação esclarece que *o item 4.6 do Termo de Referência veda expressamente a subcontratação do objeto contratual, motivo que, por si só, ensejaria a desclassificação da recorrente, a qual apresentou um Contrato de Prestação de Serviços firmado entre ela e a empresa KOLUMBU'S EVENTOS E GASTRONOMIA LTDA, que seria responsável pela execução do serviço. A empresa desconsidera em sua peça recursal o Termo de referência no item:*



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A



S E C R E T A R I A D E
G A B I N E T E D O
P R E F E I T O

"9.12 Da Contratada: g) não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato ou da Ata de Registro de Preços;"

Por conseguinte, considerando o vício insanável supramencionado, não caberia oportunizar à empresa a apresentação de Certidão Negativa de Regularidade Municipal atualizada e de atestados de capacidade técnica que demonstrassem que a licitante efetuou execução bem-sucedida com quantidade de no mínimo 50% (cinquenta por cento) da parcela de maior relevância do objeto da licitação, pois o saneamento da referida documentação não ensejaria a classificação da empresa, sendo tal medida, caso adotada, meramente protelatória, não sendo capaz de alterar a situação de inabilitação da recorrida.

Em relação a alegação de que à qualificação técnica profissional, nos itens 19.2.2 letra d, e do edital e 9.12 letra d, do Termo de Referência permitiriam a subcontratação do objeto; os itens apontados no termo de referências não autorizam a subcontratação de outra empresa para prestar todo o serviço o que foi vedado em mais de um local no termo de referências como já exemplificado anterior.

Diante do exposto, e considerando que os argumentos apresentados no recurso não lograram desconstituir os fundamentos constantes do parecer do pregoeiro, **MANIFESTA-SE ESTA ESPECIALIZADA PELO NÃO PROVIMENTO DO RECURSO INTERPOSTO PELA M.M.C. FEIJÓ - COMÉRCIO LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA.,** e pelo prosseguimento do processo licitatório.

Nova Friburgo-RJ, 18 de dezembro de 2024.

Mayra Martins

Secretária de Gabinete do Prefeito

Mat. nº 62.003



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

P R O C U R A D O R I A G E R A L
D O M U N I C Í P I O



Processo: 46.511/2024

Recorrente: M.M.C. FEIJÓ COMÉRCIO LOCAÇÃO E SERVIÇOS - LTDA

Assunto: Recurso - Licitação - Pregão Eletrônico n. 90.150 de 2024 - Processo Licitatório n. 23.698/2024

À Ilma. Sra. Dra. Subprocuradora de Processos Administrativos,

I. RELATÓRIO

Trata-se de recurso apresentado pela empresa recorrente acerca do resultado do julgamento do Pregão Eletrônico n. 90.150 de 2024 - Processo Licitatório n. 23.698/2024, que tem por objeto o registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de CERIMONIAIS, RECEPÇÕES E EVENTOS OFICIAIS, para atender as necessidades do Gabinete do Excelentíssimo Sr. Prefeito de Nova Friburgo, pelo período de 01 (um) ano.

Para melhor didática e compreensão, passa-se, a seguir, ao relato dos fatos de forma segmentada.

I.1. Das Razões da Recorrente

Em síntese, a recorrente alega que conforme o item 17.9.2 do edital, no tocante à apresentação de Certidão Negativa de Regularidade Municipal vencida, deveria ter sido assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão da certidão negativa ou positiva com efeito de certidão negativa, o que não teria sido oportunizado pela comissão de pregão.

E que quanto à qualificação técnica, os itens 19.2.2 do edital e 9.12 do Termo de Referência permitiriam a subcontratação do objeto.

Alega ainda que quanto ao não atendimento do item 19.2.1 E, o qual determina que as certidões ou atestados de capacidade técnica deveriam demonstrar que a licitante efetuou



execução bem-sucedida com quantidade de no mínimo 50% (cinquenta por cento) da parcela de maior relevância do objeto da licitação, não teria sido oportunizado à empresa o saneamento da documentação.

I.2. Das Contrarrazões

Segundo apresentado pela Comissão de Pregão I em sua manifestação a empresa recorrida não apresentou contrarrazões ao recurso.

I.3. Da Manifestação do Pregoeiro

Em manifestação, o pregoeiro informou que o item 4.6 do Termo de Referência veda expressamente a subcontratação do objeto contratual, motivo que, por si só, ensejaria a desclassificação da recorrente, a qual apresentou um Contrato de Prestação de Serviços firmado entre ela e a empresa KOLUMBU'S EVENTOS E GASTRONOMIA LTDA, que seria responsável pela execução do serviço. A empresa desconsidera em sua peça recursal o Termo de referência no item 9.12, que trata da contratada, que prevê em seu subitem g: “não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato ou da Ata de Registro de Preços;”

Afirmando assim que, considerando o vício insanável supramencionado, não caberia oportunizar à empresa a apresentação de Certidão Negativa de Regularidade Municipal atualizada e de atestados de capacidade técnica que demonstrassem que a licitante efetuou execução bem-sucedida com quantidade de no mínimo 50% (cinquenta por cento) da parcela de maior relevância do objeto da licitação, pois o saneamento da referida documentação não ensejaria a classificação da empresa, sendo tal medida, caso adotada, meramente protelatória, não sendo capaz de alterar a situação de inabilitação da recorrida.

Em relação a alegação apresentada pela recorrente de que à qualificação técnica profissional, nos itens 19.2.2 letra d, e do edital e 9.12 letra d, do Termo de Referência permitiriam a subcontratação do objeto, o pregoeiro alegou que os itens apontados no termo de

**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R AP R O C U R A D O R I A G E R A L
D O M U N I C Í P I O

referências não autorizam a subcontratação de outra empresa para prestar todo o serviço o que foi vedado em mais de um local no termo de referências como já exemplificado anterior

I.4. Da Manifestação da Secretaria de Gabinete

Ressalta a Secretaria que o procedimento licitatório rege-se pelos princípios da isonomia, competitividade, vinculação ao instrumento convocatório e da estrita legalidade, conforme preconizado na Lei 14.133/2021, bem como pelas disposições específicas do edital que possui força vinculante para a Administração Pública e para os licitantes.

Afirma ainda a pasta que diante do exposto e considerando que os argumentos apresentados no recurso não lograram desconstituir os fundamentos constantes no parecer do



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

P R O C U R A D O R I A G E R A L
D O M U N I C Í P I O



pregoeiro, manifestaram-se pelo não provimento do recurso interposto pela recorrente e pelo prosseguimento do processo licitatório.

Após o exposto, os autos foram encaminhados a esta Procuradoria-Geral do Município para manifestação jurídica.

É o relatório.

II. DOS FUNDAMENTOS

Preliminarmente, verifica-se que o recurso, ora apreciado, é tempestivo e foi recebido pela Comissão de Pregão, pelo que deve ser conhecido, analisado e decidido.

Em matéria de recurso administrativo, dispõe o art. 165 da Lei n. 14.133/2021:

Art. 165. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

- a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- b) julgamento das propostas;
- c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- d) anulação ou revogação da licitação;
- e) extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração;

[...]

§ 2º O recurso de que trata o inciso I do caput deste artigo **será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida**, que, **se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior**, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.” (sem grifos no original)

Ou seja, o recurso deverá ser dirigido à autoridade competente (que nomeou o pregoeiro), por intermédio de quem praticou o ato recorrido (pregoeiro). O pregoeiro, ao receber o recurso e sendo o mesmo conhecido, poderá julgá-lo procedente - ocasião na qual irá alterar a sua decisão,



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

P R O C U R A D O R I A G E R A L
D O M U N I C Í P I O



exercendo o juízo de retratação - ou improcedente - quando irá manter sua decisão, fundamentando-a, devendo, neste caso, remetê-lo à autoridade superior, devidamente informado, no prazo de cinco dias.

Portanto, cabe ao pregoeiro receber, analisar e decidir os recursos e cabe à autoridade superior competente decidir os recursos contra os atos do pregoeiro, quando este mantiver sua decisão.

Em pesquisa acerca da matéria, depreende-se que a autoridade que designou o pregoeiro é que detém competência para julgar o mérito dos recursos interpostos, que, no caso em tela, é a Secretaria Municipal de Gabinete, motivo pelo qual a esta especializada cabe apenas opinar juridicamente acerca do recurso.

Isso porque as especificações técnicas contidas no processo licitatório, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, modalidade, requisitos e avaliação do preço estimado são de inteira responsabilidade da secretaria requisitante, eis que detém o conhecimento técnico necessário para definir as exigências essenciais que melhor se adequa ao objeto licitado, bastando que estejam dentro da legalidade.

Por sua vez, o subitem 22.6 do edital assim dispõe:

“O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual decidirá de forma fundamentada, após a manifestação motivada do pregoeiro, e da Procuradoria Geral Municipal, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos”.

Por certo, esta assessoria jurídica se manifestará sobre os aspectos jurídicos do recurso, cabendo ao Pregoeiro exarar sua decisão.

II.1. Das alegações do recorrente

Pois bem, em suas alegações o recorrente argui que não foi oportunizado à empresa o



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO



saneamento da documentação pertinente as certidões ou atestados de capacidade técnica, nem foi assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização da Certidão Negativa de Regularidade Municipal que estava vencida e ainda afirma que há previsão no Edital e no Termo de Referência de subcontratação.

No entanto, o pregoeiro alega que ao afirmar que há a previsão de subcontratação a empresa recorrente não levou em consideração o expresso no item 9.12 do Termo de Referência, que assim preleciona:

9.12 Da Contratada:

(...)

g) não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto da contrato ou da Ata de Registro de Preços;

Além do item supracitado há a previsão do item 4.6 do Termo de Referência que também prevê expressamente que não deve ser admitida a subcontratação do objeto contratual. Apontando ainda esta assessoria que na Cláusula Quarta da Minuta de Contrato também consta a proibição da subcontratação.

Desta forma, levando em consideração que a desclassificação do recorrente não se deu por motivo das documentações faltantes e sim pela apresentação do Contrato de Prestação de Serviços firmado entre ela e a empresa KOLUMBU'S EVENTOS E GASTRONOMIA LTDA, que seria responsável pela execução do serviço e considerando que a Secretaria Municipal de Gabinete já se manifestou pelo não provimento do recurso interposto, entende esta assessoria que



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO



cabe ao pregoeiro a análise final e decisão a respeito do presente recurso.

III - CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, **opina-se pela remessa dos autos à Secretaria Municipal de Gabinete para ciência das recomendações postas no presente parecer e, após, à Comissão de Pregão I para providências de sua alçada.**

Por derradeiro, importante destacar que o exame desta Assessoria se dá tão somente quanto à legalidade do pedido, subtraindo-se análises que importem considerações de ordem técnica, financeira ou orçamentária, considerando-se a delimitação legal de competência institucional deste órgão, restringindo-se o presente parecer aos aspectos jurídicos, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito administrativo, como questões de conveniência e oportunidade, cuja atribuição é do Administrador, com fiscalização pelo órgão de controle interno.

É o parecer, meramente opinativo e não vinculativo, que se submete à consideração superior, podendo ser acolhido ou rejeitado liminarmente.

Nova Friburgo, 07 de Janeiro de 2025.

Amanda Foly Azevedo

Assessor Nível Intermediário de Processos Administrativos

Subprocuradoria de Processos Administrativos

Matrícula n. 115.212



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E
I N F R A E S T R U T U R A
E L O G Í S T I C A

Comissão de Pregão I

DECISÃO DE RECURSO REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.150/2024

Processo Licitatório nº: 23.698/2024

Processo Recurso nº: 046.511/2024

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 90.150/2024

OBJETO:

Trata-se de RECURSO interposto pela empresa **M. M. C. FEIJO - COMERCIO LOCACAO E SERVICOS LTDA**, inscrita no CNPJ: **14.827.049/0001-27**, através do Sistema Compras, com fulcro no art. 165 da Lei Federal nº 14.133 de 2021, - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Recurso Administrativo, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Recurso nº 046.511/2024.

I. DAS PRELIMINARES

Abrimos o prazo para recurso a partir do dia 04/12/2024. Conforme consta no Termo de Julgamento que integra o Processo 23.698/2024, a empresa **M. M. C. FEIJO - COMERCIO LOCACAO E SERVICOS LTDA** manifestou



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E
I N F R A E S T R U T U R A
E L O G Í S T I C A

Comissão de Pregão I

a intenção de interpor recursos, conforme questionamentos anexados aos autos às fls. 02 a 06.

Por uma simples análise do presente Recurso, verifica-se que o mesmo foi enviado com os requisitos necessários para sua apreciação, apresentando-se com os documentos necessários e tempestivamente, reunindo as hipóteses legais intrínsecas e extrínsecas de admissibilidade.

II. DAS ALEGAÇÕES DA SOLICITANTE

Em síntese, a recorrente alega que:

- 1) conforme o item 17.9.2 do edital, no tocante à apresentação de Certidão Negativa de Regularidade Municipal vencida, deveria ter sido assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão da certidão negativa ou positiva com efeito de certidão negativa, o que não teria sido oportunizado pela comissão de pregão;
- 2) quanto à qualificação técnica, os itens 19.2.2 do edital e 9.12 do Termo de Referência permitiriam a subcontratação do objeto;
- 3) quanto ao não atendimento do item 19.2.1 E, o qual determina que as certidões ou atestados de capacidade técnica deveriam demonstrar que a licitante efetuou execução bem-sucedida com quantidade de no mínimo 50% (cinquenta por cento) da parcela de maior relevância do objeto da licitação, não teria sido oportunizado à empresa o saneamento da documentação.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E
I N F R A E S T R U T U R A
E L O G Í S T I C A

Comissão de Pregão I

III. DO PEDIDO

Diante do exposto, requer a revisão da decisão de inabilitação para que não seja necessário levar a instancias judiciais.

IV. DAS CONTRARRAZÕES

Não foram apresentadas contrarrazões.

V. DA ANÁLISE DO PREGOEIRO

Informamos que o item 4.6 do Termo de Referência veda expressamente a subcontratação do objeto contratual, motivo que, por si só, ensejaria a desclassificação da recorrente, a qual apresentou um Contrato de Prestação de Serviços firmado entre ela e a empresa KOLUMBU'S EVENTOS E GASTRONOMIA LTDA, que seria responsável pela execução do serviço. A empresa desconsidera em sua peça recursal o Termo de referência no item: "9.12 Da Contratada: g) não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato ou da Ata de Registro de Preços;";

Por conseguinte, considerando o vício insanável supramencionado, não caberia oportunizar à empresa a apresentação de Certidão Negativa de Regularidade Municipal atualizada e de atestados de capacidade técnica que demonstrassem que a licitante efetuou execução bem-sucedida com quantidade de no mínimo 50% (cinquenta por cento) da parcela de maior relevância do objeto da licitação, pois o saneamento da referida documentação não ensejaria a classificação da empresa, sendo tal medida, caso adotada,



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E
I N F R A E S T R U T U R A
E L O G Í S T I C A

Comissão de Pregão I

meramente protelatória, não sendo capaz de alterar a situação de inabilitação da recorrida.

Em relação a alegação de que à qualificação técnica profissional, nos itens 19.2.2 letra d, e do edital e 9.12 letra d, do Termo de Referência permitiriam a subcontratação do objeto; os itens apontados no termo de referências não autorizam a subcontratação de outra empresa para prestar todo o serviço o que foi vedado em mais de um local no termo de referências como já exemplificado anterior.

VI. DA DECISÃO

Isto posto, com fulcro no art. 165 da Lei Federal nº 14.133 de 2021, e sem nada mais evocar, **CONHEÇO** do Recurso Administrativo interposto pela empresa M. M. C. FEIJO - COMERCIO LOCACAO E SERVICOS LTDA no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 90.050/2024, e, subsidiado pelo parecer da secretaria requisitante (fls. 11 e 12) e da Procuradoria Geral do Município (fls. 13 a 19), no mérito, **NEGO PROVIMENTO**.

Segue o mesmo para ciência e de acordo da autoridade superior, antes da publicação da decisão de recurso administrativo de licitação do pregão, na forma eletrônica, nº 90.050/2024

Nova Friburgo, 08 de janeiro de 2025.

Leonardo Gabrig Peixoto
Pregoeiro – Comissão de Pregão I
Matricula: 206.934